

Viver e sobreviver numa Área de Proteção Ambiental: o caso da pequena agricultura familiar em uma das comunidades rurais da APA de Guaraqueçaba

Live and survive in a Protected Zone: the case of small family farming in a rural community from the APA in Guaraqueçaba

Catherine DUMORA*

RESUMO

Este artigo analisa a vivência cotidiana das populações que estão diretamente envolvidas com a questão das contradições constitutivas da noção de desenvolvimento sustentável, percebidas através da tensão entre “sustentabilidade” ambiental e “sustentabilidade” social. Uma abordagem antropológica – centrada nas estratégias concretas desenvolvidas pelos pequenos agricultores familiares da região de Guaraqueçaba, cujo interesse é o de continuar a viver e guardar a esperança de um futuro em um contexto em que eles têm o sentimento de que não se dá mais lugar para eles – coloca em evidência que eles são, nessa situação, largamente empurrados para a clandestinidade, situação incontornável para sua sobrevivência. O estudo mostra o divórcio entre duas visões do desenvolvimento sustentável: aquela da população local que pensa a sustentabilidade em termos da sua subsistência e aquela das instituições que aplicam a legislação dando prioridade à preservação ambiental.

Palavras-chave: pequenos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental; embates entre projetos de vida dos agricultores e propósitos ligados à proteção da natureza; visões sobre sustentabilidade.

ABSTRACT

This article analyses the daily life of populations struggling against constitutive contradictions of the sustainable development notion, which create tension between environmental “sustainability” and social “sustainability”. An anthropological approach – focused on concrete strategies implemented by small family farmers of the Guaraqueçaba region to go on living in hope of a better future in a context in which they feel they don’t fit in anymore – reveals that they are considerably led to clandestinity, a necessary situation for their survival. The study shows the disconnection between two visions of sustainable development : on the one hand the local population who considers that their sustainability is linked to their subsistence, and on the other hand, the institutions that enforce the legislation giving priority to the environmental preservation.

Key words: small family farmers in Environmental Protected Zones; contradictions between life projects of farmers and protection of nature; visions about sustainability.

* Antropóloga, pós-doutoranda na Université de Bordeaux 2, Laboratoire CNRS UMR 5185 ADES-SSD.

Este artigo pretende realizar uma análise sobre a realidade das condições de vida e de trabalho das famílias de agricultores familiares que vivem na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, no litoral do Paraná. Ele é resultado da tese de doutorado em Antropologia Social efetuada no quadro do programa de pesquisa interdisciplinar do Doutorado Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) da UFPR, desenvolvido entre os anos de 1999 e 2004, através de uma cooperação científica com a equipe de pesquisa “Sociétés, Santé, Développement” de l’UMR CNRS (Unité Mixte de Recherche du Centre National de Recherche Scientifique) 5185 ADES-SSD/Université de Bordeaux 2 (France). Esse programa teve por tema “Desenvolvimento sustentável e a proteção da natureza: história das mudanças sociais e das transformações de uso dos recursos naturais no século XX, no litoral norte do Paraná”.

Criada em 1985, a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba constitui uma das primeiras áreas protegidas brasileiras que buscava conciliar a proteção ambiental e a reprodução econômica e social das populações locais denominadas de tradicionais (agricultores, pescadores). O município de Guaraqueçaba possui um dos últimos resquícios da Mata Atlântica no Brasil e ilustra bem os problemas que podem ser postos no momento em que as preocupações relativas a uma política de proteção ambiental aparecem em um espaço ocupado, já desde há muito tempo, por essas populações. Por conta do valor patrimonial que lhe é atribuído em escala nacional e internacional, o território em que essas populações tiravam, ao longo de muitas gerações, os meios para a sua subsistência faz agora objeto de severas restrições de uso dos seus recursos. As práticas antigas de uso dos recursos naturais que constituíam os pilares de seu sistema de produção estão proibidas. Essas populações, diante desse novo quadro de profundas mutações, ao qual nenhum apoio foi dado, nenhum tipo de acompanhamento para prepará-las para essa nova situação, apreendem esse novo cenário como uma ameaça presente e futura à sua capacidade de reprodução material e social, simbolizada na perda da terra para o trabalho familiar.

Exemplaridade de Guaraqueçaba

Por toda uma série de características – naturais, sociais, econômicas –, Guaraqueçaba destaca-se em uma região litorânea que, ela mesma, por sua geografia e sua história, ocupa uma posição particular no Paraná. É no

território desse município que o contato entre a serra e a baía faz-se o mais direto. É aqui que a Mata Atlântica é a mais presente – ou, mais exatamente, o que ainda permanece da floresta original e o que se reconstituiu após as deteriorações ocorridas em diferentes períodos do passado. A paisagem de Guaraqueçaba é muito marcada por um relevo acidentado. Essa topografia limita as superfícies disponíveis para a agricultura. As encostas são rapidamente íngremes para poderem ser cultivadas com uma agricultura de corte e queima, técnica de cultivo dominante na região há muito tempo.

O movimento de urbanização que se desenvolveu em graus diversos nos outros municípios foi em Guaraqueçaba bastante modesto. O município contava no último censo do IBGE, do ano de 2000, com uma população total de 8.288 habitantes. Desse total, 35% aproximadamente situam-se nas ilhas (2.881) e o restante na parte continental. A sede reagrupa 2.582 moradores. A população rural *stricto sensu* é de 2.825 pessoas, correspondente a 34% da população (UFPR-MADE, 2003). A densidade populacional é muito baixa (4,1 hab/km²) em um território municipal particularmente extenso: 2.019 km². O recorte das bacias hidrográficas favoreceu uma compartimentação da ocupação humana.

Os diferentes estudos feitos pelo programa de pesquisa do MADE conduziram a identificar 12 comunidades rurais (MIGUEL, 1997; GERHARDT, 1994; UFPR-MADE, 2003). A distância das comunidades rurais em relação à sede do município, as dificuldades de comunicação, a insuficiência de infra-estruturas e de equipamentos em um território cujo tamanho e topografia tornam a gestão particularmente difícil constituem importantes obstáculos para a resolução de problemas cotidianos incontornáveis: fazer compras na cidade, cuidar da saúde, educar os filhos, etc. Nesses aspectos, a vida cotidiana dessas famílias não é, sem dúvida, diferente da de outras famílias habitantes de áreas rurais brasileiras cuja situação de precariedade é similar. Todavia, para o caso específico de Guaraqueçaba acrescentam-se os desafios suplementares advindos pelo estatuto particular que adquiriu esse espaço como Área de Proteção Ambiental, incorporando um conjunto de restrições ao uso dos recursos naturais, antes desconhecido.

Apesar da imagem de abandono e de isolamento (que se podia ter até em uma época bem recente), Guaraqueçaba conheceu uma história bem movimentada há pelo menos um século, que fez dela, em diferentes ocasiões, um centro de atração econômica e demográfica, bem como um lugar

de confrontações por vezes violentas, resultado dos vários conflitos entre atores econômicos externos interessados em suas riquezas materiais. Há cerca de 20 anos, por razões que dependem tanto das evoluções sociais, políticas e culturais que aconteceram no Brasil e na cena internacional quanto das realidades sociais e naturais efetivamente encontradas no campo, Guaraqueçaba tornou-se um lugar emblemático da proteção ambiental e da busca de um retorno a uma relação considerada como mais “sustentável” entre os seres humanos e o seu meio. Diferentes atores sociais interessados por essa temática apressam-se, doravante, a encontrar ali um espaço de atuação.

O conjunto relativamente complexo de leis que compõe a legislação ambiental vigente na APA de Guaraqueçaba constitui o quadro regulador do conjunto de relações entre os atores sociais locais e o seu meio natural. Essa nova configuração do palco político, social e econômico – no seio da qual práticas e representações sociais sobre o uso dos recursos naturais se reordenam e se reconstróem através de estratégias de ações sociais e embates políticos de natureza múltipla – dá à APA de Guaraqueçaba um caráter de exemplaridade para o estudo das relações complexas entre sociedade e natureza. De fato, o município representa um caso de estudo ilustrativo dos problemas que se põem para a população local a partir da aplicação de uma política ambiental que se constrói no encontro de vários processos: a) as ameaças efetivas que pesam sobre um dos últimos vestígios de um ecossistema ameaçado de desaparecimento; b) as representações sobre a natureza; c) sobre a sociedade “tradicional”; d) sobre as políticas de “proteção” que constroem-se em grande medida a partir de materiais simbólicos estrangeiros às realidades locais; e) a confrontação de interesses concorrentes e por vezes divergentes que animam os atores presentes.

No interior do programa de pesquisa interdisciplinar do MADE, o objetivo da pesquisa antropológica foi o de analisar como as famílias de agricultores familiares reconstróem o sentido das suas práticas cotidianas por meio de novas estratégias de reprodução social e econômica, em um espaço marcado por novas restrições ao uso dos recursos naturais. Essa pesquisa foi realizada entre a primeira metade do ano de 2001 até o fim do ano de 2003. Este artigo não analisará as recentes mudanças que ocorreram desde então, notadamente após a implementação do conselho da APA, que foi criado no fim de 2003.

Objetivos da APA e representações sobre a sua população

A APA de Guaraqueçaba foi criada pelo Decreto n. 90.883/85 e estende-se sobre 313.844 hectares. Além do município de Guaraqueçaba que ela inclui inteiramente, a APA cobre também partes dos municípios vizinhos (Paranguá, Antonina e Campina Grande do Sul). A APA tornou-se o ponto focal da proteção ambiental do litoral norte do Paraná. O objetivo principal da APA é o de assegurar a proteção de uma das últimas áreas da Floresta Pluvial Atlântica, dos seus sítios arqueológicos e das comunidades chamadas de *caíçaras* integradas no ecossistema local, bem como o de estabelecer critérios racionais de uso e de ocupação do solo na região, tal como definido no decreto de sua criação.

As populações definidas como *caíçaras* são identificadas como a responsáveis pela conservação dos recursos naturais. Foram designadas no decreto-lei de criação da APA como “populações tradicionais”, que fazem parte do meio ambiente a proteger. Toda a coleção de imagens de uma população mistificada, vivendo em estreita harmonia com a natureza, está aqui em jogo, e alimentou as primeiras intervenções de proteção do meio ambiente que buscavam preservar a natureza e as sociedades que lá residiam e exploravam os recursos naturais de maneira “tradicional”.

A classificação dessas comunidades catalogadas como “tradicional” nos revela uma construção jurídica em conformidade com as representações influenciadas por uma ecologia romântica, em que o mito do “bom selvagem” ainda permanece atual. Isso implica que o seu “modo de vida tradicional” deve ser preservado, do mesmo modo que a integridade da “natureza”, com a qual as relações são representadas como harmoniosas. O que se verifica é que, de modo algum, nessas condições, tem-se a necessidade de preocupar-se em desempenhar ações a favor do desenvolvimento técnico e econômico dessas populações ou mesmo de preocupar-se com as conseqüências negativas que possam ter sobre a existência cotidiana delas as restrições impostas pelas novas regras ambientais. O objetivo é finalmente o de voltar a um suposto “estado de harmonia” inicial (ADAMS, 2000; DIEGUES, 2004).

A denominação da população como *caíçara*, característica do litoral do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Paraná, encontra-se, notadamente, na obra de Darcy Ribeiro e de Antonio Candido, que a definem como um objeto de variantes socioculturais do povo brasileiro. Isso em função

de sua mestiçagem, de suas particularidades ambientais e regionais e do tipo de atividades econômicas desenvolvidas e que distinguem, no Brasil rural, um conjunto de “subculturas” chamadas, geralmente, de “cultura rústica brasileira”, ou mesmo designadas como “cultura rural”, “camponesa”, “tradicional” (RIBEIRO, 1995; CANDIDO, 1964).

Dentro desse conjunto¹, encontramos a cultura *caipira*, no Sudeste e no Centro do país, formada da mestiçagem entre o português, o índio e menos significativamente de antigos escravos negros, dos quais o *caçara* faz parte.

A cultura caçara seria uma variante, situada no litoral, da cultura caipira do interior, e caracterizaria-se pela pesca e por uma agricultura de subsistência baseada no cultivo da mandioca (MUSSOLINI, 1980). Ainda segundo a antropóloga Giaconda Mussolini², a vida do caçara caracteriza-se:

- a) pelos elementos materiais em torno de uma tradição de pesca em pequena escala na beira do mar, executada com canoas a remo, construídas com troncos de árvores, e com material de pesca rudimentar, originário da cultura indígena;
- b) por uma agricultura itinerante essencialmente dirigida para a auto-subsistência;
- c) por uma cultura material apoiada em um conhecimento aprofundado das propriedades e dos usos das plantas;
- d) pela pesca como atividade principal, repousando geralmente em uma forma de organização do trabalho e de produção comunitária, com trocas e partilhas do material e do resultado da pesca entre os participantes e/ou proprietário da rede de pesca.

A autora enfatiza, por fim, a importância do folclore e da tradição oral na identidade dessa população caçara do litoral, com diferenciações em função das regiões, mas sempre com marcos de influência portuguesa. Ela conclui explicando que a conservação desse modo de vida foi possível por causa do isolamento e da perpetuação das

“condições de existência primitivas”. Fora de alguns raros e pobres grupos indígenas que subsistem até hoje, essa população constitui, de fato, o fundo originário na base do qual se constituiu o povoamento das zonas rurais do litoral (MUSSOLINI, 1980).

Diegues dá importância especial ao trabalho de Willems por ter sido “onde pela primeira vez se aprofunda o tema da cultura caçara” (DIEGUES, 2004: p.11). Emilio Willems define o caçara como o pescador mestiço do litoral sul, marcado pela instabilidade econômica e pelas mudanças de condições materiais. Porém, ele aponta que na ilha de Búzios, onde ele estudou na década de 40, a agricultura (mandioca, feijão, batata-doce, cará) era mais importante do que a pesca como atividade básica de subsistência (2003). Ele conclui sua pesquisa afirmando que Búzios “pode ser considerada uma comunidade camponesa” (WILLEMS, 2003 p. 172) .

Progressivamente, verifica-se pela literatura sobre os caçaras essa população costeira, praiana ou praieira (conforme termos utilizados por DIEGUES, 2004 p. 22), que vivia exclusivamente da pesca artesanal e da agricultura, acabou por designar todo o conjunto das populações que vivem no litoral – por exemplo, os agricultores situados nas bacias hidrográficas, nos vales atravessados por um rio principal e cercados pelas montanhas e pela floresta densa, havendo pouco ou nenhum contato com o mar e a praia (DIEGUES, 2004 p. 9-10). Dessa forma, o caçara tornou-se um pescador-agricultor (pescador-lavrador) ou um agricultor-pescador. Na literatura consagrada ao estudo dos caçaras, eles são definidos a partir da sua atividade econômica principal, a pesca (ADAMS, 2000, p. 152-157).

O decreto de criação da Área de Proteção Ambiental, que generalizou o termo *caçara* para todas as populações abrangidas pela APA, buscava valorizá-las e assim possibilitar a sua permanência na área protegida por conta dos aspectos ditos “tradicionalistas” do modo de vida delas. No entanto, mesmo se as populações tradicionais foram idealizadas na criação e implementação da APA (associadas à idéia romântica de vida em harmonia com a natureza), são exatamente os aspectos considerados tradicionais dessas

1 Historicamente se distinguem vários modos rústicos brasileiros: *sertanejos* no sertão do Nordeste, interior semi-árido das caatingas e do cerrado; *caboclos* na Amazônia; *crioulos* no litoral do Nordeste; *caipiras* no Sudeste e no Centro do país; e *gaúchos* no Sul (Ribeiro, 1995 p. 21 e 269-444). Para Candido, o caboclo é o mestiço branco-índio que compõe a população tradicional de São Paulo e o caipira designa os aspectos culturais (modo de vida e de ser) e não raciais das populações das “áreas de influência histórica paulista” (CÂNDIDO, 1964. p.28).

2 A partir de pesquisas antropológicas realizadas entre os anos de 1944 e 1953.

populações em relação a seus modos de exploração do meio natural – notadamente o sistema de corte-e-queima, os períodos longos de pousio, etc. – que permaneciam amplamente desconhecidos dos poderes públicos. Eles foram progressivamente prejudicados, quando não totalmente proibidos. Não estava prevista na criação da APA uma política de acompanhamento, de concertação, ou mesmo a constituição de uma instância participativa de discussão para com a população local e ainda menos com os pequenos agricultores familiares. Rapidamente a legislação ambiental e o Código Florestal foram aplicados, sem levarem em conta as práticas chamadas de “tradicionalis”, supostamente harmoniosas, preservadoras da natureza. Vê-se aqui uma grande contradição entre a idealização valorizadora das práticas ditas tradicionais realizadas pelas populações que habitam na APA e a fiscalização que as proíbe de existir. De um lado, o passado dessas populações as absolve, dando a elas o direito de reproduzir-se materialmente e socialmente, mas de outro lado esse mesmo passado as condena, pois as práticas que elas sempre realizaram para manter-se nessa área, hoje tornada APA, são agora proibidas.

Em um primeiro momento, as ações de fiscalização postas em prática na APA tinham por objetivo “pôr na linha” os grandes fazendeiros (fiscalizando e proibindo práticas de grilagem, violência contra os posseiros, desmatamento, etc.). Estes tornam-se mais discretos e são os pequenos agricultores que passam a ser os alvos mais diretos da fiscalização. De fato, a fiscalização da Polícia Florestal intensificou-se junto aos pequenos agricultores, sobretudo no que concerne à prática das queimadas e à coleta do palmito (MIGUEL, 1997 p. 128-133).

Essa mudança de postura junto aos pequenos agricultores operou-se após a mudança de governo do estado em 1990 (TEIXEIRA, 2004 p. 195-196). Os meios de controle foram então reforçados, especialmente através do emprego de novos agentes e policiais florestais. As atividades agrícolas e a coleta de palmito foram submetidas a restrições ainda mais estreitas (com o aumento da burocracia referente às solicitações de pedidos de autorizações de plantio, corte de árvores para construções domésticas, etc.). Esse modo de controle caracterizou-se, essencialmente, pelo aumento da repressão (com a aplicação de multas) até o confisco dos recursos naturais retirados da natureza, das ferramentas utilizadas, penas de prisão e, bem frequentemente, por violências físicas e maus-tratos (ZANONI; MIGUEL, 1995 p. 427-438). A população local não conhecia as restrições nos seus detalhes, pois não havia recebido nenhuma infor-

mação por parte dos órgãos ambientais competentes quando da criação da APA. É somente em 2003 que o IBAMA, através dos seus novos funcionários, passou a explicar aos pequenos agricultores, de maneira individual, as modalidades e os detalhes das restrições, durante as vistorias das parcelas agrícolas.

Paralelamente, como o explica Ferreira, alguns “latifúndios ecológicos” se desenvolveram desde o meio dos anos 90, a exemplo da SPVS e da Fundação O Boticário. Essas vastas propriedades fundiárias privadas empregam alguns moradores locais, mas, ao contrário dos latifúndios agrícolas ou pecuários, impedem a população de penetrar em suas terras para caçar, coletar, ou praticar alguns cultivos destinados ao auto-consumo. Muitas vezes eles impedem que os agricultores atravessem a área sob pretexto de não perturbar os animais e de não comprometer o equilíbrio ecológico (FERREIRA, 2003). Encontra-se aqui a idéia de uma “natureza intocada”, de uma visão romântica da natureza (DIEGUES, 1998) e onde o desenvolvimento sustentável aparece somente como um pretexto para perseguir outros fins que são essencialmente ambientalistas, os projetos de desenvolvimento sustentável e/ou comunitário vem ali trazer um suplemento “ético”, quando ele não se limita a criar (apenas) uma simples imagem de marketing (ROCHA, 2004, p. 206).

A população local encontra-se, nesse contexto, confrontada a um duplo bloqueio, ligado ao mesmo tempo à precariedade econômica comum ao mundo rural brasileiro, e particularmente à pequena agricultura familiar, e à ascensão dessa precariedade causada pelas restrições ambientais da APA, que atingem mais especificamente as atividades agrícolas, tornando ainda mais precárias as condições de possibilidade de reprodução social e econômica da pequena agricultura familiar (FERREIRA, 2003).

O município de Guaraqueçaba viveu uma história em que se alternaram fases mais ativas a períodos de isolamento e esquecimento, outras em que as populações hoje chamadas de tradicionais estavam ameaçadas (ao mesmo tempo em que a Mata Atlântica) de desaparecerem. Ocupantes e utilizadores dos recursos de um meio natural que adquiriu um forte valor patrimonial e que se encontra investido de um grande peso simbólico tanto no Brasil quanto na cena internacional, os agricultores familiares vêm-se hoje colocados no centro de interesses políticos e econômicos que variam em função do momento e do “ponto de vista” dos atores sociais presentes na APA. Imagens disparatadas foram-lhe aplicadas, ao mesmo tempo em que cresciam as preocupa-

ções quanto à proteção da Mata Atlântica e colocavam-se em prática medidas para sua proteção. Os agricultores foram sucessivamente considerados como vítimas das extorções dos grandes proprietários que “grilaram” a floresta; como elementos da sociedade e da cultura caiçara depositária de uma tradição secular de relação harmoniosa com a natureza; e, por fim, como o exemplo de uma pequena agricultura familiar que escapou da “modernização conservadora” que propagou-se no rural brasileiro, e que foi responsável por vários danos ao meio natural.

Essas diferentes visões, de uma certa forma, estratificaram-se ao longo do tempo e continuam a inspirar, de maneira mais ou menos complementar e/ou desarticulada, em função dos casos, as interpretações que diferentes atores vindos de fora fazem da sociedade local e as idéias que inspiram a suas ações (TEIXEIRA, 2004, p. 256-257).

A diversidade das atividades e dos níveis econômicos revela disparidades marcadas entre as diferentes comunidades (UFPR-MADE, 2003), que traduzem a defasagem da imagem estereotipada dos caiçaras. Trata-se de uma sociedade que é em parte herdeira de uma história local com traços originais, e que também é amplamente aberta à realidade brasileira contemporânea e não coincide com uma tradição secular fixada, rígida, cristalizada.

A população rural de Guaraqueçaba não pode ser apreendida por algumas definições simplificadoras. Longe da imagem de uma sociedade fechada, a população rural do município caracteriza-se primeiramente por sua mobilidade: da diversidade das suas origens e da sua abertura para o exterior especialmente pelas importantes migrações. Ela é bastante heterogênea, repartida em diferentes linhas de clivagens. A um núcleo de famílias presentes no lugar desde há muitas gerações juntaram-se, por toda parte, recém-chegados, vindo às vezes de muito longe, no decorrer de episódios migratórios sucessivos. Se muitos são agricultores, constata-se também uma grande diversificação das atividades e das fontes de renda (comércio, artesanato, cargos públicos, aposentadoria). Enfim, as condições de vida bastante contrastadas traduzem a existência de uma desigualdade econômica notável no meio mesmo do mundo rural. Anota-se, igualmente, o lugar que ali ocupam doravante os novos movimentos religiosos, evangélicos em particular, como referências em torno das quais estabelecem-se novas formas de identificação e de sociabilidade.

A despeito do seu tamanho demográfico reduzido e mesmo do fato de ela ter sido menos atingida do que outras regiões do Paraná pelos grandes movimentos de mudanças que, durante o século XX, perturbaram a pequena agricultura brasileira, a “sociedade rural” de Guaraqueçaba não se apresenta como uma entidade “tradicional”, estável e homogênea que pode ser abordada a partir de algumas idéias simples. Para além das imagens superficiais que lhes são atribuídas, o que podemos saber das bases sobre as quais ela se organiza? Das estratégias de reprodução material e social que ali se desenham e dos recursos que ela mobiliza? Dos modos de relações com a natureza que ali se constroem, no encontro entre a vontade de assegurar-se um futuro durável num lugar de vida onde nasceram ou escolheram e dos constrangimentos criados pelas exigências atuais de proteção ambiental? É essa sociedade que se deve buscar compreender, levando em conta suas dinâmicas de reprodução social, física e material diretamente relacionadas com o meio ambiente. Ao mesmo tempo em que ela se apóia sobre fundamentos históricos perenes, que chamamos de “tradição” ou de práticas “tradicionalistas”, toda sociedade conhece mudanças a fim de poder reproduzir-se e perpetuar-se.

Num contexto econômico e político global marcado por tantos desafios, a partir do qual se coloca até mesmo em dúvida o futuro da agricultura familiar, a aplicação das leis de proteção ambiental e a criação da APA criaram constrangimentos suplementares aos quais ela teve que se adaptar. Mas essas famílias de agricultores não são apenas vítimas passivas de forças externas. Quais são, então, as estratégias que eles colocam em prática, seja individualmente ou de maneira coletiva, para fazer frente a todos esses desafios? Essas são as questões centrais da problemática que guia nossa pesquisa.

A partir do estudo de caso de uma comunidade rural da APA de Guaraqueçaba, procuraremos responder a essas questões. A problemática central da nossa pesquisa de doutorado coloca em questão a difícil conciliação entre a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social. Já vimos acima que essas duas abordagens da sustentabilidade inspiraram a implementação das políticas ambientais de Guaraqueçaba. A APA pretende proteger as populações chamadas de “tradicionalistas” tanto quanto o meio ambiente no qual elas vivem. Contudo, a legislação ambiental, tal como foi e está aplicada, ameaça a existência cotidiana e o futuro dessas populações.

Os resultados de um estudo de caso

Procedimentos de pesquisa

Os dados apresentados aqui provêm de observações diretas realizadas no curso de dois anos de trabalho de campo. Nesse período, morando em uma das comunidades rurais do município de Guaraqueçaba, observamos as diversas atividades da vida cotidiana dos seus moradores. Os dados foram igualmente obtidos de uma forma mais sistemática por meio de entrevistas diretas e semidiretas junto a 21 famílias. Essas entrevistas abordaram uma ampla gama de questões, tocando em particular a produção agrícola e suas técnicas de cultivo, as fontes de renda, as condições de moradia, as despesas diversas e o consumo (notadamente alimentar), as formas de resolução dos problemas de saúde, a organização do trabalho familiar, as ferramentas utilizadas e os diversos tipos de intercâmbio.

A escolha das famílias entrevistadas obedeceu a vários fatores: primeiramente, um dos aspectos importantes é a relação que desenvolvemos durante o trabalho de campo com as famílias, criando um clima de confiança mais estreito com algumas delas. Essa primeira exigência estando satisfeita, selecionamos as famílias provenientes de grupos familiares diferentes – esforçando-se em manter uma proporcionalidade entre o tamanho dos grupos e o número de famílias. Igualmente nos esforçamos em guardar, o mais precisamente possível, a diversidade das situações socioeconômicas e de não excluir as famílias residentes mais recentes. Trata-se de uma amostragem apoiada em uma seleção de critérios que, sem pretensão à representação estatística, pretende fornecer uma ilustração das principais situações familiares – sociais, econômicas – encontradas na comunidade.

Escolhemos não apresentar o nome da comunidade estudada e mudar os nomes das famílias entrevistadas para manter o anonimato delas, e assim não lhes causar constrangimentos. Dessa maneira, podemos apresentar, a uma só vez, suas práticas lícitas e “ilícitas”. Isso nos permite ter toda a liberdade de mostrar e analisar as estratégias individuais em seu conjunto, sem expor as famílias que desenvolvem atividades “fora da lei”.

Caracterização da comunidade

Um preâmbulo sobre a história da comunidade se impõe a fim de compreender as relações familiares, sua organização social. O estudo da história da comunidade, de seu povoamento e da trajetória das famílias nos revela a existência de “grupos familiares” que ali se estabeleceram desde o fim do século XIX e construíram suas raízes históricas e identitárias. Constatou-se, paralelamente, que essas famílias possuíam relações exteriores à comunidade, mantidas com membros das famílias que partiram para trabalhar em outras cidades, ou mesmo porque possuem propriedades ou casas fora da comunidade (pluri-residência). Além disso, existem relações fortes com as outras comunidades vizinhas, notadamente estabelecidas através de casamentos entre seus moradores, a busca de cônjuges no exterior. Observa-se também que os fluxos entre os que chegam e partem nunca pararam até hoje, nessa mobilidade interna e externa às famílias mais ou menos antigas. As partidas, a abertura ao exterior, fazem parte das estratégias de resposta às ameaças e às restrições que se aplicam no espaço local. É difícil pensar uma tal comunidade em termos do seu conjunto fechada sobre si mesma. Algumas famílias se reivindicam fundadoras da comunidade e fazem perdurar na memória coletiva a legitimidade delas no espaço social e geográfico da comunidade. Nesse contexto, as relações familiares aparecem como um elemento estruturante da esfera social da comunidade. A família constitui o nível mais fundamental da organização social local.

A comunidade contava, em 2000, com 54 famílias, o que totalizava aproximadamente 240 habitantes (UFPR-MADE, 2003). Mais da metade da população sempre morou lá. O perfil da comunidade é majoritariamente agrícola e fortemente diversificado e apresenta um dos níveis de vida mais baixos do município (UFPR-MADE, 2003).

Resultados sobre o estudo das práticas de autossustentabilidade

Trata-se de produtos coletados na natureza, de maneira direta (coleta de frutas selvagens, caça, pesca) ou pelo intermédio de um processo produtivo (agricultura, criação

de animais). Levando em conta a dimensão histórica, nós nos interrogamos sobre a forma como a sociedade rural local adaptou-se às novas realidades que lhes foram impostas, operando as mudanças necessárias nos usos dos recursos naturais, para assegurar sua própria sobrevivência. Para dar conta disso, examinou-se, primeiramente, as condições sociais da apropriação dos recursos naturais e em seguida as modalidades de exploração desses recursos.

Condições de apropriação dos recursos naturais

Em situação de restrição ambiental, o território disponível a cada família, sua localização e topografia vão determinar, em parte, a capacidade de cada família para reproduzir-se materialmente – o que favorece ou não a prática de uma agricultura em condições mais ou menos ocultas – a fim de poder perdurar face às restrições ambientais.

É necessário ter em vista de maneira mais ampla a configuração da paisagem do espaço disponível na comunidade, que, em parte, vai determinar as práticas agrícolas. A comunidade é composta por vários núcleos de moradias. Essas moradias estão circundadas por pequenas parcelas, que são utilizadas para o cultivo de hortas, bananais, plantações de mandioca e mais raramente de feijão ou plantação de palmeiras. A produção da banana é reservada à comercialização e muito pouco destinada ao consumo familiar. Assim, as culturas de subsistência, fora a mandioca e a horta, não podem ser vistas imediatamente pelos visitantes. Para tal é necessário embrenhar-se pelas veredas situadas nos morros, na floresta, em caminhos acidentados, podendo dessa forma aceder às pequenas trilhas e às parcelas agrícolas destinadas à auto-subsistência. Pelo fato da topografia do território ser acidentada e pela existência de áreas de proteção permanente (mata ciliar, caxetal, encosta a partir de 45° de declividade, etc.), o espaço disponível para as atividades agrícolas é muito reduzido.

A situação pode mudar sensivelmente de uma família a outra, pois nem todas têm o mesmo acesso às terras melhores posicionadas, isso em função da história de apropriação do território por cada família. Desse fato, as terras disponíveis nas planícies estão reservadas às culturas perenes, enquanto que os morros são destinados às culturas temporárias anuais, baseadas no sistema de corte-e-queima (coivara). Nas planícies, os agricultores não têm a possibilidade de praticar a coivara, pois se eles respeitassem o período de pousio necessário à fertilização do solo, a cobertura vegetal

atingiria uma altura tal que lhes seria proibido realizar o corte para recomeçar o ciclo de cultivo. Eles reservam, então, as parcelas da planície para as culturas perenes, que não precisam de períodos muito longos de pousio ou de uma grande fertilidade do solo, como por exemplo a mandioca e a banana. O espaço montanhoso da floresta, submetido a fortes restrições ambientais, mas propício à perenização do sistema de corte-e-queima, é assim reservado às principais atividades agrícolas.

Podemos observar que hoje em dia o tamanho e a localização dos territórios das grandes famílias determinam a capacidade delas de plantar e cultivar, sobretudo para aquelas que possuem espaços fora do alcance da vigilância policial, onde elas podem continuar a praticar o sistema de corte-e-queima, essencial para a sua subsistência. O tamanho do território, mais ou menos grande, e mais ou menos acessível, determina a quantidade e o tamanho das plantações anuais das famílias.

O nível de satisfação das necessidades alimentares pela autoprodução é um elemento determinante do estatuto econômico de uma família: para as famílias que compram na cidade os alimentos que poderiam ser produzidos por elas, as despesas alimentares constituem gastos importantes que consomem uma boa parte da renda delas. As famílias que, ao contrário, vivem essencialmente através do que produzem – notadamente os produtos de base como o arroz e o feijão – utilizam o dinheiro disponível para outros fins, sejam eles domésticos ou produtivos. O fato de continuarem a praticar o sistema de corte-e-queima em espaços distantes e de difícil acesso constitui uma “vantagem diferencial” bastante significativa. Inversamente, somente possuir terras expostas constitui um forte constrangimento para a realização da coivara e, portanto, um fator limitador para a satisfação dos bens alimentares de base. É importante assinalar que a manutenção do sistema de corte-e-queima é favorecida pela ambigüidade dos títulos de terras adquiridos há muito tempo, onde a localização é mal definida, tornando difícil o trabalho da polícia florestal para identificar o proprietário de uma parcela que foi objeto de uso do sistema de corte-e-queima.

O tamanho e a localização do território de cada família determina, igualmente, o número de anos de pousio entre duas culturas. As famílias que dispõem de pouco espaço vão realizar um pousio entre 2 e 4 anos, ao passo em que aquelas que possuem mais terras vão realizar um pousio entre 5 e 10 anos. A qualidade da fertilidade do solo está aqui em jogo e, como consequência, a produtividade das parcelas cultivadas.

Exploração dos recursos naturais destinados à auto-subsistência

Entre as 21 famílias entrevistadas, 20 cultivam arroz, 19 feijão e todas elas produzem mandioca. Essas 3 culturas são principalmente destinadas ao autoconsumo, porém, em alguns casos, elas podem ser comercializadas.

O cultivo do arroz evoca técnicas e um *savoir-faire* conhecidos e utilizados há muito tempo. Essas técnicas mudaram muito pouco ao longo do tempo. A técnica básica continua sendo o sistema de corte-e-queima. Ao passo em que anteriormente o arroz era plantado nas planícies ou nos morros próximos ou distantes dos domicílios em função da topografia dos territórios familiares, ele foi deslocado essencialmente para os morros como reação às restrições ambientais. Como testemunham os agricultores, a cultura do arroz foi, até a metade da década de 80, realizada em grande escala, dando lugar a uma produção conseqüente que permitia, a uma só vez, a satisfação das necessidades de consumo anual das famílias e a geração de renda. No período anterior à implementação da APA, as áreas de cultivo do arroz estendiam-se por mais de 4 hectares. Hoje em dia, elas estão reduzidas a pequenas parcelas que quase nunca ultrapassam 1,5 hectares. A colheita do arroz é a atividade que monopoliza a maior quantidade de mão-de-obra e por isso mesmo engaja uma maior solidariedade e ajuda mútua entre as famílias, estreitando, ao mesmo tempo, laços sociais pelo sistema de trocas de dia de trabalho e pelo emprego ocasional de mão-de-obra extrafamiliar.

A cultura do arroz, tal como ela é praticada, utiliza técnicas de cultivo transmitidas de geração em geração há muito tempo e encontra-se hoje em conflito com as novas restrições ambientais. Existe, entretanto, um caso isolado de uma família que recorreu a uma técnica inovadora, a do plantio direto, que é conciliável com a legislação ambiental. Várias razões podem ser evocadas para explicar por que o uso dessa técnica não foi utilizado pelas outras famílias: a) essa família é a única que dispõe de um acompanhamento técnico competente, pois um de seus membros (um filho) possui uma formação de técnico agrícola; b) os órgãos públicos de assistência técnica, como a EMATER, estão muito pouco presentes e deixam os agricultores desassistidos face aos desafios aos quais eles devem responder; c) em um contexto fortemente marcado pelo crescimento do “individualismo”, por tensões sociais, a difusão horizontal do *savoir-faire* não é operada de forma espontânea; d)

muitos agricultores familiares permanecem ligados às técnicas herdadas de seus pais e só aceitariam mudá-las com a condição de poderem ser convencidos da eficiência das mudanças propostas – o que aqui também requer a existência de um procedimento de capacitação e acompanhamento técnico, o que, ainda hoje, está longe de ser o caso. Por outro lado, seria necessário analisar mais de perto a quantidade de trabalho, a organização e o equipamento que exige uma aplicação eficaz do plantio direto, a fim de avaliar sua aplicabilidade nas condições atuais da maioria dos estabelecimentos agrícolas da comunidade.

Dessa forma, é na ilegalidade que o cultivo do arroz, essencial à alimentação das famílias e, portanto, à sobrevivência delas, continua a ser praticado por uma esmagadora maioria dos casos estudados.

O cultivo do feijão traz menos problemas face à legislação ambiental do que o cultivo do arroz. A produção do feijão, primeiramente, exige menos espaço, pois ele contribui em menor medida (sem ser menos importante) à satisfação das necessidades alimentares das famílias. Além do mais, os critérios de escolha das parcelas a serem utilizadas são menos rígidos no que diz respeito à qualidade do solo e de sua umidade. É muito comum encontrar plantações de feijão na planície, mesmo se os agricultores preferem parcelas que possam beneficiar-se de um pousio mais longo, situadas em morros pouco elevados. O equipamento técnico é bastante simples e é composto essencialmente de ferramentas manuais. É comum realizar um cultivo consorciado com o feijão quando ele já começou a atingir alguns centímetros após a germinação. No caso do arroz, ele é geralmente plantado sozinho e, só excepcionalmente, é acompanhado do plantio da abóbora, plantada em um pequeno “canto” da plantação.

No que concerne à rotação das culturas, o feijão também pode ser plantado após a plantação de arroz, beneficiando-se da roçagem já efetuada. Mas essa prática é pouco utilizada porque as parcelas plantadas com arroz são geralmente muito distantes e são os territórios, como já dito acima, os mais próximos dos domicílios, que são privilegiados para o plantio do feijão, pois não precisam de grande fertilidade e as mulheres podem participar mais intensamente das tarefas exigidas para a manutenção do cultivo (plantio, capina e colheita).

A mandioca é o cultivo que menos exige um solo fértil. Ela é geralmente plantada nas planícies próximas dos domicílios, com pouco tempo de pousio ou após outros cultivos, como por exemplo o feijão. Enquanto que para

o cultivo do arroz o trabalho feminino é reduzido praticamente à colheita e/ou à capina, o cultivo da mandioca, tanto quanto o do feijão, possui um equilíbrio maior entre o trabalho masculino e o feminino, ou mesmo, por vezes, ele é essencialmente feminino ao longo do processo de produção. No cultivo da mandioca e do feijão, não se pratica com muita frequência a ajuda mútua sob a forma de troca de dia de trabalho.

No que se refere às hortas familiares (frutas, legumes, e plantas medicinais), as diferenças são consideráveis em termos do esforço feito pelas diferentes famílias para obterem uma gama ampla e diversificada de recursos alimentares e medicinais em seu meio ambiente imediato (o quintal). De um lado, mais da metade das famílias pesquisadas só cultivam algumas variedades de plantas e não se pode, no caso delas, falar de uma horta diversificada que permita uma alimentação familiar conseqüente. De outro lado, para uma parcela minoritária de famílias, encontramos uma horticultura familiar diversificada que oferece uma grande variedade de legumes e frutas e contribui significativamente para a alimentação da família.

Os agricultores encontram dificuldades para comprar sementes. Reclamam da qualidade das que são comercializadas na cidade (muita umidade, armazenamento inadequado) e que por isso não germinam. Quando podem, os agricultores aproveitam uma viagem que fazem a outra cidade, por outros motivos, para comprar sementes de boa qualidade, mas as ocasiões para isso são raras.

A pesca aparece como uma prática isolada, sazonal. Ela preenche uma função tanto lúdica quanto prática. A diminuição de recursos haliêuticos, acompanhada do assoreamento dos rios, faz da pesca uma prática amplamente abandonada na comunidade. As atividades cinegéticas ocupam um lugar mais importante nas atividades produtivas de uma população, que no passado sempre contou com a caça para assegurar sua subsistência, razão pela qual desenvolveram conhecimentos e técnicas específicos nesse tipo de atividade. A caça é uma atividade que sofreu muitas modificações após a criação da APA. Com efeito, a caça era anteriormente amplamente praticada e monopolizada uma grande parte da mão-de-obra masculina. Ela regrediu significativamente, pois tornou-se clandestina. Hoje em dia, pratica-se a caça durante o período da colheita do arroz, momento em que os agricultores situam-se nos morros, permanecendo várias noites próximos às plantações. Eles caçam geralmente em grupo, sobretudo mamíferos, como o gambá, o veado, o tatu, a paca e alguns pássaros, como

o macuco e a jacutinga. As pessoas que fazem a coleta do palmito na floresta também têm a possibilidade de caçar. Entretanto, eles não vão sobrecarregar-se com uma espingarda, pois eles devem transportar o facão na ida e a carga (feixe) de palmito (em suas costas) na volta, que pode chegar a 60 kg. Das 21 famílias entrevistadas, 14 possuem uma espingarda e 10 entre elas caçaram em 2003.

Hoje em dia a caça tornou-se, para alguns praticantes, uma atividade de lazer, mas ela permanece uma fonte de recursos alimentares significativa para as famílias que a praticam regularmente e que só tem, através dela, a possibilidade de alimentar-se de proteínas. Em 2003, dos 10 caçadores, 6 deles caçaram entre 1 e 7 animais selvagens durante o ano inteiro. Dos 4 maiores caçadores entrevistados, caçam em média 1 animal por mês. Um deles caça 2 animais por mês e distingue-se por uma baixa renda. As 3 outras famílias que mais consomem caça têm a particularidade de serem aquelas que tentam, com mais determinação, manter suas práticas agrícolas tradicionais, dispondo de terras que escapam da fiscalização da polícia.

Podemos estabelecer várias análises diferentes, até mesmo opostas, a partir desse tipo de informação. Do ponto de vista da proteção do meio ambiente, pode-se lamentar a destruição da fauna selvagem. Entretanto, se nos situamos do ponto de vista do estudo social do fenômeno e do que ele representa em relação ao que se retira do meio ambiente, da auto-subsistência da população, podemos efetivamente relativizar a prática e considerá-la como uma prática isolada e esporádica. Todavia, é preciso levar em conta que, de fato, algumas espécies estão gravemente ameaçadas de extinção. Seria necessário fazer uma avaliação mais fina de quais espécies estão ameaçadas e quais entre elas o são pela prática da caça, o que não é, certamente, de nossa competência. A questão permanece pendente, a saber: embora a caça seja uma prática relativamente isolada hoje em dia, quais os impactos dela sobre as espécies ameaçadas?

O problema, segundo os caçadores das comunidades, não reside tanto na quantidade de caça abatida (modesta, no caso deles), mas sobretudo no período de caça. Com efeito, os caçadores devem, hoje em dia mais do que nunca, dar provas de bom senso e apoiar-se em seus conhecimentos relativos às diferentes espécies, a fim de respeitar os ritmos de reprodução e de desmama dos animais. Anteriormente à APA, havia um “vigia de caça” – nascido na comunidade – que determinava os períodos em que era permitido caçar. Após a interdição total da caça, alguns caçadores começaram a não mais respeitar os períodos propícios à caça.

Progressivamente, com a diminuição das plantações, os animais recuaram ainda mais para o interior da floresta. As ocasiões e possibilidades de caça tornaram-se mais raras e a organização dessa atividade desordenou-se, como explicam alguns agricultores. Entretanto, verifica-se hoje em dia que os períodos em que os animais são caçados coincidem com o calendário (elaborado pelos habitantes) que determina os períodos propícios à caça, os períodos de reprodução e os de desmama. Nos parece, então, que os caçadores de hoje não perderam o conhecimento relativo aos ciclos de reprodução da fauna e que se esforçam ainda por levá-los em conta. Além disso, em todas as famílias entrevistadas a quantidade de animais caçados permanece módica, à exceção de uma delas, em que esse tipo de atividade é essencial para a sua subsistência.

O estudo das práticas produtivas ligadas à auto-subsistência mostra a recorrência à clandestinidade. De fato, uma grande parte das atividades agrícolas, de caça, de colheita e, em um menor grau, de pesca, cuja execução condiciona a satisfação das necessidades básicas dos habitantes da comunidade estudada, é operada de maneira clandestina. Isso implica riscos muitos elevados de sanções, em condições particularmente difíceis, já que elas passam a privilegiar a dissimulação, através da seleção das parcelas afastadas para serem cultivadas. Tudo isso possui um preço considerável no que diz respeito ao deslocamento, ao tempo de trabalho e às dificuldades de transporte da colheita. Não se trata de comportamentos marginais, mas de práticas generalizadas.

Entender e reconhecer esse paradoxo – a exaltação das culturas “tradicionais” e a repressão das atividades que constituem as bases da reprodução material e social das populações residentes na APA – não significa de maneira alguma que a co-habitação dessas populações com a floresta não é susceptível a problemas que podem ser colocados a partir de um ponto de vista ambiental. As extrações, mesmo modestas, efetuadas sobre populações animais ou vegetais ameaçadas podem ter efeitos desastrosos. Existem no mundo numerosos exemplos apontando que, em certas condições, o sistema de corte-e-queima pode ter efeitos ambientais muito negativos. Isso significa simplesmente que, até hoje, a manutenção dessas práticas ainda permanece, para essas populações, uma condição da sua sobrevivência. Não se trata de maneira alguma de “maus hábitos” que podemos nos contentar de reprimir, mas de componentes de um sistema de produção complexo que possui sua coerência, que se apóia sobre uma experiência técnica experimentada, sobre um saber por vezes sutil e sobre certas formas de

relações sociais – nas quais os laços familiares ocupam um lugar fundamental.

Modificar o equilíbrio complexo de um sistema de produção implica que ele seja analisado e compreendido para se ter a medida exata dos seus efeitos ambientais, muito mais do que partir de pressupostos que jugam *a priori* que uma prática é nefasta.

É necessário interrogar-se, também, sobre as consequências ambientais reais das regulamentações teoricamente destinadas a proteger o meio natural: a prática da coivara, quando ela acompanha-se de tempos longos de rotação, não é necessariamente nociva à Mata Atlântica. Nós podemos até mesmo dizer que ela contribuiu para produzi-la, tal como nós a conhecemos, já que uma grande parte dos sistemas florestais que nós encontramos hoje, e que pretendemos preservar, são chamados de “mata secundária” e, portanto, marcada, a um certo grau, pela ação humana (DOMINGUES, 2002).

Em compensação, quando a busca da clandestinidade forçada é confinada em espaços limitados, o tempo de pouso encurta-se e o impacto sobre o meio ambiente aumenta. Nas parcelas de planície, expostas a todos os tipos de controle, a população evita até mesmo de deixar a vegetação crescer com vigor, por receio de uma proibição de corte – roçar. Observa-se praticamente uma situação de cultivo contínuo, sem que, nem por isso, assista-se a uma evolução técnica que permitiria a restituição ao solo do que lhe é retirado pelas culturas ano após ano.

O estudo realizado sobre as práticas agrícolas confirma uma das conclusões da pesquisa realizada por Magda Zanoni e Lovois de Andrade Miguel (1995), que colocava em evidência os efeitos contraprodutivos das medidas de proteção ambientais, por causa das respostas técnicas que elas suscitam por parte dos pequenos agricultores. Por falta de flexibilidade na aplicação dessas regras, esses agricultores não têm outra solução se eles quiserem continuar a assegurar a sua subsistência e a de suas famílias. Junta-se a isso a falta de apoio técnico e/ou financeiro que poderia possibilitar-lhes, quando é de fato necessário à preservação ambiental, operar uma mutação progressiva das suas práticas produtivas – mutação inevitavelmente lenta e complexa, na medida em que ela inicia-se a partir de um sistema já existente, com seus procedimentos positivos, mas também com suas limitações e sua inércia.

Assim, desvenda-se a enorme lacuna, por parte dos serviços públicos, no domínio da assistência técnica e de apoio à agricultura familiar. Observa-se, igualmente, que as ONGs e os órgãos privados que atuam na APA e que

possuem uma posição dominante, alguns até mesmo ligados a embates políticos e econômicos internacionais, particularmente com a implantação de projetos de seqüestro de carbono, para defenderem seus interesses, têm tendência a privilegiar a prevenção a curto prazo dos impactos antrópicos sobre os espaços onde eles investiram e onde está em jogo o seu próprio futuro, propondo atividades geradoras de renda de substituição. Mais do que uma ação a longo prazo, que consideraria como central a permanência, a sustentabilidade das populações agrícolas locais, merecem, ao menos, a mesma solicitude que o meio em que elas habitam, pois são parte interessada de uma paisagem que contribuíram, em grande medida, para modelar.

Atividades geradoras de renda

Em nosso trabalho, designamos como atividades geradoras de renda as produções ou os serviços que são abertos nos mercados e destinados a obter recursos financeiros. Distinguem-se dois tipos de atividades geradoras de renda:

- a) as atividades ligadas ao estabelecimento agrícola que geram produtos comercializáveis (banana, mandioca, palmeiras, criação de animais e ocasionalmente outros tipos de produção – tubérculos, laranja,

abóbora, cana-de-açúcar, couve, de acordo com as estações do ano), os trabalhos agrícolas ocasionais remunerados e as atividades de coleta destinadas à comercialização (palmito e madeira); esse tipo de atividade apóia-se no uso dos recursos naturais retirados diretamente do meio ambiente;

- b) os empregos assalariados estáveis (empregos agrícolas assalariados, funcionários públicos, etc.), as aposentadorias, as bolsas escolares e o vale-gás e as atividades que não retiram recursos do meio ambiente e geram rendas mensais, tal como o comércio.

A partir desses dois tipos de atividades, diferentes formas de estratégias puderam ser observadas. Pode-se construir uma tipologia das famílias combinando as atividades observadas, as rendas mensais gerais, bem como as atividades provenientes da retirada direta ou indireta dos recursos naturais ou das que não provêm desse tipo de uso e, por fim, levando em conta a clandestinidade das atividades. Essa tipologia poderá, assim, dar conta do grau de intensidade das práticas ocultas, da utilização ou não dos recursos naturais. Essa tipologia não se quer representativa de todas as famílias da comunidade rural, mas ela é ilustrativa da diversidade ali encontrada. Nossa preocupação foi a de escolher as famílias representativas dessa diversidade.

Abaixo, apresentamos uma tabela que reúne as fontes de renda mensais de todas as famílias entrevistadas.

TABELA 1 – RENDA MENSAL DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS EM 2003 EM ORDEM DECRESCENTE EM FUNÇÃO DA ORIGEM DA RENDA

	SALÁRIO TOTAL	PRODUÇÃO AGRÍCOLA E CRIAÇÃO DE ANIMAIS	TRABALHO AGRÍCOLA OCASIONAL REMUNERADO	COLETA PALMITO, MADEIRA	APOSENTADORIA PENSÕES BOLSAS	OUTROS: COMÉRCIO ARTESANATO	TOTAL MENSAL	CATEGORIA
Joaquim CANDIDO	0	1835		0	0		1835 RS	A
Jorge BRANCO	720	415		0	0		1135 RS	A
Fernando ROSA	600	235		0	37,50		872,5 RS	B
Julia ROSA	0	100		0	240	500	840 RS	B
João SANTOS	326	210		250	0		786 RS	B
Paulo COSTA	0	347,5		250	0		597,5 RS	C

Fonte: entrevistas da pesquisa de campo da autora, 2003.

(continua)

TABELA 1 – RENDA MENSAL DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS EM 2003 EM ORDEM DECRESCENTE EM FUNÇÃO DA ORIGEM DA RENDA (conclusão)

	SALÁRIO TOTAL	PRODUÇÃO AGRÍCOLA E CRIAÇÃO DE ANIMAIS	TRABALHO AGRÍCOLA OCASIONAL REMUNERADO	COLETA PALMITO, MADEIRA	APOSENTADORIA PENSÕES BOLSAS	OUTROS: COMÉRCIO ARTESANATO	TOTAL MENSAL	CATEGORIA
Nestor COSTA	340	180		50	0		570 RS	C
Vicente ROSA	0	295		0	262,50		557,5 RS	C
Alfredo COSTA	0	178,5		0	370		548,5 RS	C
André ROSA	0	285		0	240		525 RS	C
Victor MACHADO	240	192		0	52,50		484,5 RS	C
Augusto SANTOS	150	72		0	240		462 RS	C
Mariano ARAUJO	240	125,5	6,5	60	22,50		454,5 RS	C
Celso SANTOS	0	0		435	0		435 RS	C
Samuel MACEDO	260	33		0	0		293 RS	D
Sebastião LOBOS	0	0		250	240		250 RS	D
Clara MOREIRA	0	0		0	0		240 RS	D
Bruno COSTA	0	156		0	0		156 RS	E
Bento GOMES	0	60	12	60	0		132 RS	E
Francisco SANTOS	0	85		0	0		85 RS	E
Miguel PEIXOTO	0		14	60	0		74 RS	E

Fonte: Entrevistas da pesquisa de campo da autora, 2003.

A primeira constatação tem por objeto a pluriatividade desenvolvida pela grande maioria das famílias. Apenas 6 famílias têm como fonte de renda uma só atividade: 3 obtêm renda proveniente da produção agrícola, 2 da coleta do palmito e 1 oriunda de aposentadoria. Um terço das famílias combinam duas atividades e um outro terço acumula três atividades. Enfim, uma única

família combina 5 fontes de renda (duas das quais bastante modestas).

A fim de realizar a tipologia sobre os tipos de renda, efetuamos um recorte em função do número de salários mínimos, sobre a base do salário mínimo brasileiro em 2003, que era de R\$ 240,00. Sobre essa base, identificamos 5 categorias de renda

- 1) Categoria A – 2 famílias distinguem-se por sua renda mensal, a mais elevada. J. Cândido com uma renda exclusivamente proveniente da venda de produtos leiteiros e hortaliças (alface, essencialmente), fazendo um total de R\$ 1.835,00, o que corresponde a mais de 7,6 salários mínimos. J. Branco, com renda de 2 salários (um dos mais elevados da comunidade), provenientes de dois empregos públicos do casal e da produção agrícola (sobretudo mel e banana), perfazendo um total de R\$ 1.135,00, correspondente a quase 5 salários mínimos. Essas atividades são pioneiras na comunidade. Elas exigem um bom nível de conhecimentos, um *savoir-faire* e uma boa rede de comercialização.
- 2) Categoria B – 3 famílias. Renda entre R\$ 785,00 e R\$872,00, correspondente a mais de 3 salários mínimos. F. Rosa com 69% de sua renda proveniente de 2 salários do casal (1 emprego privado e um 1 emprego público), 27% provém da banana e pecuária e 4% da bolsa-escola e vale-gás; J. Rosa obtém 60% de um pequeno comércio (bar/mercearia), 29% de uma pensão e 11% da banana e da criação de animais; e J. Santos possui 3 fontes de renda, equilibradas entre 1 salário proveniente de emprego público, extração de madeira e pecuária.
- 3) Categoria C – 9 famílias. Renda entre R\$ 435,00 e R\$ 600,00, que corresponde a 1,8 e 2,5 salários mínimos. Entre elas, 8 famílias contabilizam, ao menos, duas fontes de renda principais, essencialmente ligadas à criação de animais, aposentadoria ou pensão (para a maioria delas), uma renda proveniente de salários ou da extração de madeira. Enfim, a última família dessa categoria tem sua renda obtida exclusivamente da coleta do palmito.
- 4) Categoria D – 3 famílias. Renda entre R\$ 240,00 e R\$ 300,00, correspondente a 1 e 1,2 salários mínimos. S. Macedo tem como renda principal um pouco mais de um salário mínimo de seu emprego de trabalhador rural; S. Lobos obtém sua renda da extração de palmito e C. Moreira de uma pensão.
- 5) Categoria E – 4 famílias. Renda entre R\$ 74,00 e R\$ 156,00, correspondente a 0,3 e 0,7 salários mínimos. A família de B. Costa tem sua renda obtida da criação de animais. B. Gomes possui 45% da renda obtida da coleta de palmito, 45% da comercialização da banana e 10% como diarista. F. Santos comercializa a sua pequena produção agrícola de subsistência e M. Peixoto obtém sua renda da coleta ocasional de palmito e também de trabalhos ocasionais como diarista (essa atividade, não sendo muito abundante na comunidade, não permite assegurar uma renda estável). Essas famílias têm a particularidade de viverem em uma situação muito precária.

Uma vez caracterizadas as famílias em função da faixa de renda, trata-se, agora, de apresentar as famílias em função das suas atividades provenientes ou não da retirada de recursos naturais. Essa clara oposição entre as atividades que retiram recursos do meio ambiente e aquelas que não retiram é, claro, aproximativa. Seria necessário distinguir com um maior grau de profundidade os tipos de usagem dos recursos naturais, por exemplo: a prática de corte-e-queima com uma rotação longa de culturas que permita a recuperação da fertilidade dos solos e a reconstituição da biodiversidade, ou uma agricultura permanente consumindo pouco espaço e operando um aporte adequado em fertilizantes e matéria orgânica, não podem ser confundidas com uma atividade predadora que corresponde a retiradas sem nenhuma restituição, como a coleta do palmito, a extração de madeira ou a caça. Essa categorização, quaisquer que sejam seus limites, tem ao menos o mérito, em um contexto dominado pelas idéias de proteção da natureza, de colocar a questão do grau ao qual as famílias dependem de seu meio ambiente natural para assegurar sua existência, para reproduzir-se materialmente e socialmente. Conforme a tabela a seguir, podemos, desde então, classificar as famílias segundo o seu grau de dependência dos recursos retirados do meio ambiente.

TABELA 2 – PERCENTUAL DA RENDA PROVENIENTE DE ATIVIDADES QUE DEPENDEM OU NÃO DA RETIRADA DE RECURSOS NATURAIS JUNTO ÀS 21 FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

	PERCENTUAL DA RENDA PROVENIENTE DE ATIVIDADES QUE RETIRAM RECURSOS DO MEIO AMBIENTE	PERCENTUAL DA RENDA PROVENIENTE DE ATIVIDADES QUE NÃO RETIRAM RECURSOS DO MEIO AMBIENTE	TOTAL MENSAL	CATEGORIAS
Joaquim CANDIDO	100%	0	1835 RS	A
Jorge BRANCO	63%	36%	1135 RS	A
Fernando ROSA	73%	27%	872,5 RS	B
Julia ROSA	88%	12%	840 RS	B
João SANTOS	41%	59%	786 RS	B
Paulo COSTA	100%	0	597,5 RS	C
Nestor COSTA	60%	40%	570 RS	C
Vicente ROSA	53%	47%	557,5 RS	C
Alfredo COSTA	67%	33%	548,5 RS	C
André ROSA	46%	54%	525 RS	C
Victor MACHADO	40%	60%	484,5 RS	C
Augusto SANTOS	16%	84%	462 RS	C
Mariano ARAUJO	42%	58%	454,5 RS	C
Celso SANTOS	100%	0	435 RS	C
Samuel MACEDO	11%	89%	293 RS	D
Sebastião LOBOS	100%	0	250 RS	D
Clara MOREIRA	0	100%	240 RS	D
Bruno COSTA	100%	0	156 RS	E
Bento GOMES	100%	0	132 RS	E
Francisco SANTOS	100%	0	85 RS	E
Miguel PEIXOTO	100%	0	74 RS	E

Fonte: Entrevistas da pesquisa de campo da autora, 2003.

Das 21 famílias estudadas, 8 dependem unicamente da exploração de recursos naturais do seu entorno. Quatro entre elas estão entre as famílias mais pobres da comunidade, com uma renda mensal inferior a R\$ 156,00. Uma outra família percebe um salário mínimo mensal. Duas famílias situam-se na categoria de renda C e a última família é aquela que possui a renda mais elevada da comunidade.

Existem igualmente 2 outras famílias que têm como fonte majoritária de renda (73%, 88%) as atividades que retiram recursos do meio ambiente e estão entre as famílias situadas na categoria de renda B. Essas 10 famílias, no entanto, não exploram os recursos naturais de maneira

idêntica: algumas delas, em particular aquelas de renda menos elevada, vivem exclusivamente (ou em grande parte) de atividades de extração. Por outro lado, as famílias de renda mais elevada retiram seus recursos da agricultura e da criação de animais.

Enumeramos, por outro lado, uma família de renda exclusivamente proveniente de atividades que não retiram recursos do meio ambiente (uma pensão) e que corresponde a 1 salário mínimo brasileiro. Duas outras famílias possuem um forte proporção de renda não obtida do uso dos recursos naturais, situada na categoria de renda C e D (salário e/ou aposentadoria).

Enfim, uma grande parte das famílias entrevistadas (8) tem sua fonte de renda mais ou menos equilibrada entre o uso dos recursos naturais (entre 40% e 67%) e as atividades que não retiram recursos do meio ambiente (entre 33% e 60%) e elas situam-se nas categorias de renda A, B e C.

A conclusão simples, mas significativa, que podemos tirar dessa análise é que, mesmo em uma comunidade como a que nós escolhemos, porque ela apresentava uma característica particularmente rural (UFPR-MADE, 2003), uma grande maioria das famílias só conseguem viver – geralmente de maneira muito modesta – graças ao complemento de renda (aposentadoria, pensão, salários, bolsas) que não deve nada à exploração do meio ambiente que os cerca. Por outro lado, é significativo constatar que, entre as famílias que praticam quase que unicamente atividades ligadas ao uso dos recursos naturais, em mais da metade encontram-se as mais pobres.

Essa observação introduz a questão do lugar que

ocupam as atividades que transgridem as regulamentações ambientais entre aquelas que permitem às famílias alimentarem-se e procurarem os recursos financeiros de que necessitam para viver. Iremos distinguir as atividades econômicas que retiram recursos do meio natural em função do seu caráter lícito ou ilícito. A fim de realizar esse recorte, consideramos que a produção de banana e de palmeiras plantadas, a criação de animais e a produção de mel são atividades agrícolas lícitas. Os outros cultivos agrícolas são considerados como ilícitos, pois eles são geralmente praticados na clandestinidade e/ou em áreas de proteção permanente (mandioca, arroz e feijão). Do mesmo modo, os trabalhos agrícolas remunerados com *diárias* são exclusivamente utilizados para práticas agrícolas clandestinas e serão, por essa razão, considerados como renda ilícita. As outras atividades geradoras de renda ilícita são os diferentes tipos de extração praticados na floresta e as lícitas são os salários, as pensões e os diferentes tipos de bolsa.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS RENDAS CLASSIFICADAS COMO LÍCITAS OU ILÍCITAS

	RENDAS LÍCITAS	RENDAS ILÍCITAS	TOTAL MENSAL	CATEGORIAS
Joaquim CANDIDO	100%	0	1835 RS	A
Jorge BRANCO	100%	0	1135 RS	A
Fernando ROSA	100%	0	872,5 RS	B
Julia ROSA	100%	0	840 RS	B
João SANTOS	68%	32%	786 RS	B
Paulo COSTA	43,5%	56,5%	597,5 RS	C
Nestor COSTA	91%	9%	570 RS	C
Vicente ROSA	100%	0	557,5 RS	C
Alfredo COSTA	87,5%	12,5%	548,5 RS	C
André ROSA	77%	23%	525 RS	C
Victor MACHADO	92%	8%	484,5 RS	C
Augusto SANTOS	90%	10%	462 RS	C
Mariano ARAUJO	85%	15%	454,5 RS	C
Celso SANTOS	0	100%	435 RS	C
Samuel MACEDO	100%	0	293 RS	D
Sebastião LOBOS	0	100%	250 RS	D
Clara MOREIRA	100%	0	240 RS	D
Bruno COSTA	100%	0	156 RS	E
Bento GOMES	45%	55%	132 RS	E
Francisco SANTOS	0	100%	85 RS	E
Miguel PEIXOTO	0	100%	74 RS	E

Fonte: Entrevistas da pesquisa de campo da autora, 2003.

Das 21 famílias entrevistadas, 13 desenvolvem atividades geradoras de renda classificadas como ilícitas, das quais 4 exclusivamente e 3 em uma proporção indo de aproximadamente um terço a mais da metade da renda. Para as 6 outras, esses tipos de atividades correspondem a uma proporção de 8% a 30% de suas rendas. Das 4 famílias que vivem exclusivamente de renda obtida de atividades ilícitas, 2 tem as rendas mais baixas (uma delas vende uma parte de sua pequena produção de subsistência e a outra obtém sua renda da coleta ocasional de palmito e de trabalhos como diarista) e 2 outras possuem rendas situadas nas categorias C e D e vivem como intermediários da coleta de palmito (também chamados de “gato”). Enfim, para as famílias que possuem 32% e 56,5% das suas rendas provenientes de atividades ilícitas, a exploração de madeira é a fonte principal.

Se acrescentarmos a essa observação aquela que já foi feita acima: (a de que as culturas de subsistência são geralmente feitas na clandestinidade), podemos ver que as práticas de clandestinidade que são consideradas ilícitas segundo a legislação ambiental não representam um comportamento desviante, mas sim um fenômeno quase estrutural entre a população considerada. Muitos – os mais pobres em particular, mas também entre os que tem uma renda modesta – não têm ao seu alcance nenhum outro meio de satisfazer suas necessidades essenciais. Nenhum desses agricultores podem ser considerados como “traficantes” que se enriquecem através de práticas foras da lei. São chefes de família que lutam para conseguir assegurar a subsistência deles e a de suas famílias. Se as regulamentações ambientais terminassem por jogar massivamente na clandestinidade uma população que procura somente viver, há um problema, senão em seus princípios, mas ao menos nas condições de suas aplicações.

Outras famílias desenvolveram atividades lícitas graças a inovações e ajustamentos em suas práticas e na diversidade das fontes de renda, buscando (re)encontrar um certo modo de vida, de existência e de trabalho ajustado às novas restrições.

O estudo das atividades geradoras de rendas mostra a importância da pluriatividade da grande maioria das famílias, o que testemunha a busca de diversificação das

fontes de renda para responder às restrições ambientais e às necessidades de subsistência. As flutuações e as mudanças de atividades revelam-se freqüentes e mais particularmente com as famílias de rendas mais modestas, cuja situação de precariedade e de pobreza as conduz a essa diversificação das fontes de renda.

Em compensação, as atividades pioneiras (processamento de leite e mel) são as mais remuneradoras, porém elas requerem conhecimentos técnicos avançados e uma assistência técnica freqüente.

Se considerarmos que a maior parte da renda da maioria das famílias pesquisadas não provém de atividades extrativistas, mas sim de atividades agrícolas, da criação de animais, etc., podemos colocar a questão de saber como que em uma área de proteção ambiental pode-se fazer economia de um apoio reforçado ao desenvolvimento econômico e social de um espaço rural historicamente fundado em uma agricultura cuja organização de base é familiar. Dada a precariedade, quando não a inexistência desse tipo de apoio, essas famílias são obrigadas a fazer uso da ocultação de certas atividades econômicas para sobreviver.

Auto-suficiência alimentar e origem da renda

Paralelamente, realizamos um estudo do orçamento das famílias, de suas despesas cotidianas com alimentação, saúde, vestimenta, etc. Buscamos colocar em relação com o consumo a produção agrícola de subsistência, as atividades geradoras de renda. Para isso, nos apoiamos em uma análise do orçamento e do consumo, estabelecidos graças a entrevistas aprofundadas e detalhadas. Os dados obtidos são aproximativos e repousam sobre declarações que nem sempre são verificáveis. Todavia, eles fornecem valores e indicam as características das despesas das famílias em relação às suas rendas, provenientes ou não do uso de recursos naturais. Consideramos aqui somente o conjunto do consumo alimentar anual das famílias pesquisadas em função da auto-produção e das compras de alimentos. Essa tabela é uma síntese de um estudo do consumo alimentar mais detalhado realizado na pesquisa de campo de doutoramento.

TABELA 4 – PERCENTUAL DA AUTO-SUFICIÊNCIA ALIMENTAR EM RELAÇÃO À ORIGEM DA RENDA (RENDA OBTIDA ATRAVÉS DO USO DOS RECURSOS NATURAIS E RENDA ILÍCITA)

	RENDA OBTIDA PELO USO DOS RECURSOS NATURAIS	RENDA ILÍCITA	AUTOPRODUÇÃO ALIMENTAR	RENDA MENSAL
Joaquim CANDIDO	100%	0	66,3%	1835 RS
Jorge BRANCO	63%	0	53,5%	1135 RS
Fernando ROSA	73%	0	69,1%	872,5 RS
Julia ROSA	88%	0	47,5%	840 RS
João SANTOS	41%	32%	58,2%	786 RS
Paulo COSTA	100%	56,5%	74,6%	597,5 RS
Nestor COSTA	60%	9%	56,1%	570 RS
Vicente ROSA	53%	0	66,3%	557,5 RS
Alfredo COSTA	67%	12,5%	50,9%	548,5 RS
André ROSA	46%	23%	59,7%	525 RS
Victor MACHADO	40%	8%	42,5%	484,5 RS
Augusto SANTOS	16%	10%	60,5%	462 RS
Mariano ARAUJO	42%	15%	48%	454,5 RS
Celso SANTOS	100%	100%	15%	435 RS
Samuel MACEDO	11%	0	37,6%	293 RS
Sebastião LOBOS	100%	100%	37%	250 RS
Clara MOREIRA	0	0	29,8%	240 RS
Bruno COSTA	100%	0	52,4%	156 RS
Bento GOMES	100%	55%	31,5%	132 RS
Francisco SANTOS	100%	100%	50%	85 RS
Miguel PEIXOTO	100%	100%	47,9%	74 RS

Fonte: Entrevistas da pesquisa de campo da autora, 2003.

Entre as 21 famílias pesquisadas, 12 produzem proporcionalmente mais do que elas compram. Contamos, primeiramente, as famílias que produzem 69% ou mais de consumo alimentar: P. Costa (74,6%) e F. Rosa (69,1%). Duas famílias produzem 63% dos produtos alimentares consumidos: J. Candido e V. Rosa. Classificamos essas 4 famílias entre aquelas que produzem entre 60 e 75% dos alimentos consumidos.

A segunda faixa de consumo compreende as famílias que produzem entre 56 e 61%: A. Santos (60,5%), A. Rosa (59,7%), J. Santos (58,2%) e N. Costa (56,1%). Em seguida, as famílias que produzem entre 50 e 54%: J. Branco (53,5%), B. Costa (52,4%), A. Costa (50,9%) e F. Santos (50%). Três famílias produzem entre 47 e 48%: M. Araujo, M. Peixoto e J. Rosa. A faixa seguinte reúne as famílias que

produzem de 37 a 43%: V. Machado (42,5%), S. Macedo (37,6%) e S. Lobos (37%). Três famílias contabilizam a menor produção de produtos consumidos: B. Gomes (31,5%), C. Moreira (29,8%) e, por fim, C. Santos, que produz apenas 15% do que consome em alimentos.

Vê-se aqui a importância da autoprodução na alimentação das famílias. Isso é verdade para as famílias mais pobres, notadamente M. Peixoto e F. Santos, que tiram entre 48 e 50% de sua alimentação do uso dos recursos naturais. O mesmo acontece com B. Costa, com um percentual superior a 50%. Somente B. Gomes, que se situa em uma faixa de renda das mais baixas, não consegue produzir mais de 31,5% da sua alimentação. A autoprodução dos alimentos é igualmente importante para as famílias de renda elevada até mesmo em um grau superior, pois são também aquelas que

têm o nível mais forte de auto-suficiência, se considerarmos conjuntamente todos os produtos consumidos. Para essas famílias, a criação de animais é muito importante, pois permite a elas atingir a auto-suficiência no abastecimento de carne. Elas podem realizar investimentos – compra de gado, notadamente – que não podem ser feitos pelas famílias de nível econômico mais modesto.

Paralelamente, a família que mais realiza a coleta de palmito, na qual chefe de família é o coordenador da atividade, não pode assegurar a auto-suficiência. A condição dessa família, no ano de 2003, é fruto de uma conjuntura desfavorável, pois, pressionada no ano anterior em 2002 pela polícia florestal, não pôde realizar o plantio de arroz e feijão. Esse exemplo não é um caso isolado, e de um ano a outro pode tratar-se de uma outra família, como foi o caso para A. Costa em 2001. A família Rosa e seus parentes escaparam da repressão policial porque não foram descobertas as áreas plantadas em terras distantes e de difícil acesso, mas isso permanece aleatório e nada garante que em alguns anos elas não sejam constringidas a renunciar ao plantio de subsistência durante um ano. É o caráter aleatório dessa condição de clandestinidade que torna difícil construir, no longo prazo, os duros golpes que podem se abater sobre as famílias e arrastá-las à precariedade.

A primeira conclusão que podemos tirar é a da vitalidade da agricultura familiar, apesar das restrições que ela sofre no contexto particular da APA de Guaraqueçaba. Nas famílias que possuem renda elevada, mesmo se parte importante dela não seja proveniente de suas atividades agrícolas, essa renda é reintegrada ao estabelecimento agrícola, com especial prioridade ao investimento na criação de animais e no plantio de subsistência. Em situação de restrição ambiental, a conservação de algumas de suas tradições, como o plantio de subsistência, permite a eles conservar-se como agricultores sem abrir mão da utilização de inovações que lhes permitam um melhor ajustamento ao novo contexto em que vivem hoje. Observamos que as práticas de ajuda mútua, como os mutirões ou a troca de dias de trabalho, são ainda constitutivas do tecido social, mesmo se é possível identificar um certo crescimento de comportamentos “individualistas” devido ao medo de serem apanhados pela polícia ou de serem denunciados por conta de rivalidades entre algumas famílias. Essa dimensão não pode ser integrada dentro dos orçamentos apresentados, mas não se deve esquecer que ela tem um papel decisivo em algumas situações difíceis.

Apesar da tentativa de sistematização que esboça um retrato do ano 2002-2003, percebe-se uma situação mutável e instável, incerta, na qual se encontram as famílias. Algumas famílias possuem poucos recursos para assegurar a sua subsistência. Esse é o caso das famílias (8) que tem as rendas mais baixas. São aquelas que têm globalmente as maiores dificuldades para assegurar a sua auto-subsistência. Isso se deve ao fato de possuírem poucas terras, de má localização, visíveis aos olhos da fiscalização e pouco férteis. São nessas famílias (4) que 100% da renda vem da extração ilegal de produtos da floresta, uma outra a 55% da renda, e as outras (3) cujas rendas não provêm desse tipo de atividade. Entre essas últimas, uma só obtém sua renda de atividades que extraem exclusivamente recursos do meio ambiente e uma exclusivamente de uma pensão. Enfim, a família que detém a maior taxa de autoprodução alimentar é aquela que consegue equilibrar suas fontes de rendas com atividades lícitas e ilícitas, mas todas elas tendo por base o uso dos recursos naturais.

Esse quadro geral nos mostra que, quando mais elevadas as rendas forem, mais estarão reunidas as condições para assegurar a auto-suficiência, através do reinvestimento de parte da renda no estabelecimento agrícola. Enfim, em situação de restrição ambiental, a busca de outras fontes de renda favorece a permanência das famílias na comunidade e a manutenção de atividades agrícolas necessárias para garantir uma auto-subsistência elevada.

Conclusão

Se o objetivo da APA é o de preservar o que ainda resta da Mata Atlântica, será fundamental construir as condições necessárias para mudar o quadro atual. Levar em consideração as condições de vida e as práticas das populações locais que tiram da floresta os meios para sua subsistência são as principais reivindicações que elas esperam ver atendidas. As mudanças necessárias devem passar pela construção de uma política de acompanhamento e apoio a essas populações a fim de superar as contradições em jogo, e de uma visão que entenda a resolução dos conflitos socioambientais por um processo de negociação (FERREIRA, LC, p. 2001).

Vimos que na APA já existiam atividades inovadoras, embora fossem exceções, visto que somente duas famílias haviam atingido as condições que possibilitaram o seu desenvolvimento. Há famílias prontas para inovar, como é o caso de algumas delas que utilizaram o PRONAF para in-

vestir no cultivo do palmito. Certas famílias procuram idéias novas, outras já têm algumas idéias formadas de projetos, como por exemplo a da construção de uma reserva de caça. A população não é passiva diante das novas restrições que lhes foram impostas, mas busca construir soluções para sair da clandestinidade. Todavia, quanto às famílias mais pobres, elas não dispõem de meios suficientes que lhes permitam investir em seu futuro. As grandes dificuldades enfrentam no cotidiano as impedem de sair da precariedade, por isso a manutenção das atividades ilícitas é para elas uma “regra” difícil a ser superada. Não se trata, para essas famílias, de um fim em si mesmo, elas têm outras aspirações para superarem esse bloqueio. Esperam que as condições de uso dos recursos naturais possam melhorar para que elas possam garantir melhores condições de vida. No entanto, o que se vê é que essas famílias não possuem uma grande margem de manobra para mudar o quadro precário das condições de vida em que se encontram. Aqueles que estão envolvidos de maneira quase que exclusiva nas atividades ilícitas, particularmente a coleta de palmito, buscam, igualmente, outras atividades geradoras de renda ou pensam em ir embora da comunidade. Percebe-se que eles estão desorientados, perdidos entre a vontade de ficar (mas em outras condições de existência) e de partir para viver em outro lugar, onde

poderão optar por outros empregos.

Apesar das múltiplas dificuldades encontradas, muitos continuam querendo construir o seu futuro e o dos seus filhos no lugar em que se encontram as suas raízes, graças a uma atividade que constitui a base da identidade deles a agricultura, e de maneira mais ampla, pela própria relação com o meio natural, no caso a Mata Atlântica, com a qual eles possuem uma íntima familiaridade. Eles não se pensam como intrusos de um meio ambiente que eles viriam a perturbar, ao contrário, se pensam como protetores, até mesmo como parte integrante de uma realidade heterogênea e complexa que eles contribuíram para formar. Recusam os princípios concernentes à proteção de um meio ambiente que lhes é caro e esperam que seja possível superar os obstáculos que a aplicação atual da legislação ambiental impõe à vida cotidiana deles, ao ponto de ameaçar suas capacidades de reprodução material e social. Querem deixar de ter a clandestinidade como condição mesma de sua sobrevivência e pedem que as regras de proteção ambiental possam ser mais flexíveis, levando em conta suas condições de vida, e que sejam apoiados nas mudanças necessárias para superar a incompatibilidade que existe atualmente entre a proteção da Mata Atlântica e a sobrevivência deles.

Referências

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.43, n.1, p. 145-182, 2000.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). 2004. *Enciclopédia Caiçara*. São Paulo: Hucitec/ NUPAUB: CEC-USP, 2004 v. 1: O olhar do pesquisador.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. *Séminaire de recherche interne au doctorat*. Oficina de pesquisa III, realizada no Doutorado Meio Ambiente e Desenvolvimento, Curitiba, UFPR, 2003.

FERREIRA, Lúcia da Costa *et al.* Conflitos sociais em Áreas Protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral, SP. *Idéias*, Campinas, v. 1, n. 8, p.115-149, 2001.

FERREIRA, Lúcia da Costa *et al.* Encontro das águas: dinâmicas sociais e biodiversidade na Amazônia Brasileira. *Teoria e Pesquisa*, v. 50, p. 15-40, 2007.

GERHARDT, Tatiana E. Santé et Environnement: Diagnostic de santé communautaire dans le cadre d'un Zone d'Environnement Protégée, le cas de Guaraqueçaba, littoral de l'Etat du Paraná, Brésil. Paris, Mémoire de DEA en Santé publique et pays en voie de développement. Université Pierre et Marie Curie, Paris VI, Institut Santé et Développement, 1994.

MIGUEL, Lovois de Andrade. Formation, évolution et transformation d'un système agraire dans le sud du Brésil (littoral nord de l'État du Paraná). Une paysannerie face à une politique de protection l'environnement: "Chronique d'une mort annoncée?". Paris, 1997. Thèse de Doctorat. Institut National Agronomique Paris-Grignon.

MUSSOLINI, Gioconda. *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Jefferson Marchal da. *A sustentabilidade desfocada: as lógicas das políticas de desenvolvimento rural para áreas de proteção ambiental (APAs) – O caso de Guaraqueçaba-PR*. Curitiba, 2003. These de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná.

TEIXEIRA, Cristina F. *A proteção ambiental em Guaraqueçaba: uma construção social*. Curitiba, 2004 These de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná.

UFPR-MADE. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento/CNRS – UPRES 5036 – Université de Bordeaux II-França. 2003. *Resultados da pesquisa realizada em comunidades rurais de Guaraqueçaba em 2000*. Relatório parcial do Programa de Pesquisa Interdisciplinar no Litoral do Paraná – Guaraqueçaba. Projeto Preservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável. Documento: Curitiba, MADE.

WILLEMS, Emilio. *A Ilha de Búzios: uma comunidade caiçara no Sul do Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2003.

ZANONI, Magda Maria; ANDRADE, Miguel Lovois. Impacts des politiques de protection de l'environnement sur les pratiques paysannes – Zone d'Environnement Protégé (Guaraqueçaba, Brésil). In: SÉMINAIRE FERTILITÉ DU MILIEU ET STRATÉGIES PAYSANNES SOUS LES TROPIQUES HUMIDES, 1995, Montpellier. *Acles...* Montpellier: Center de Coopération Internationale en Recherche Agronomique – CIRAD, 1995. P. 427-438.

BRASIL. Decreto n. 90.883/85, de 31 de janeiro de 1985. Implementada a de Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.